



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

Vistos.

LUIZ ANDRÉ DE REZENDE MORESI e JOSÉ SÉRGIO SANTOS DE SOUSA, ambos do sexo masculino, demais qualificações nos autos, protocolaram pedido de ***conversão de união estável em casamento***.

Instruíram o pedido com escritura pública lavrada em 17/05/2011, perante o 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de Jacareí/SP (livro nº. 705, fls. 017), onde declararam viver em ***união estável*** há **8 (oito) anos**.

Foi publicado edital e cumpridas todas as formalidades legais para habilitação a casamento, não havendo impugnações.

O pedido foi instruído com declaração de duas testemunhas, no sentido de que os requerentes ***“mantém convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”***.

O Ministério Público ofertou parecer favorável ao pedido.

É o relatório do necessário. Fundamento e decido.

Preliminarmente, observa-se que, conforme pedido expresso dos autores, os mesmos pretendem a **conversão** de alegada ***união estável*** em ***casamento***, como permite e prevê o art. 226, § 3º, parte final, da Constituição Federal, e o art. 1.726 do Código Civil.

Regulamentando tais dispositivos constitucionais e legais, a **Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo**, em suas **Normas de Serviço (Tomo II, Capítulo XVII, Seção V, Subseção IV, art. 135)**, assim disciplinou o procedimento de conversão da união estável em casamento:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

“87. A conversão da união estável em casamento deverá ser requerida pelos conviventes perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio. (Nota 2: Prov. CGJ 25/2005).

87.1. Recebido o requerimento, será iniciado o processo de habilitação previsto nos itens 52 a 74 deste capítulo, devendo constar dos editais que se trata de conversão de união estável em casamento. (Nota 3: Prov. CGJ 25/2005).

87.2. Decorrido o prazo legal do edital, **os autos serão encaminhados ao Juiz Corregedor Permanente, salvo se este houver editado portaria nos moldes previstos no item 66 supra.** (Nota 4: Provs. CGJ 25/2005 e 14/2006).

87.3. **Estando em termos o pedido, será lavrado o assento da conversão da união estável em casamento, independentemente de qualquer solenidade, prescindindo o ato da celebração do matrimônio.** (Nota 5: Provs. CGJ 25/2005 e 14/2006).

87.4. O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro "B", exarando-se o determinado no item 81 deste Capítulo, sem a indicação da data da celebração, do nome e assinatura do presidente do ato, dos conviventes e das testemunhas, cujos espaços próprios deverão ser inutilizados, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento. (Nota 5: Prov. CGJ 25/2005).

BLOCO DE ATUALIZAÇÃO Nº 28 - CAP. XVII - 31

87.5. A conversão da união estável dependerá da superação dos impedimentos legais para o casamento, **sujeitando-se à adoção do regime matrimonial de bens, na forma e segundo os preceitos da lei civil.** (Nota 1: Prov. CGJ 25/2005).

87.6. Não constará do assento de casamento convertido a partir da união estável, em nenhuma hipótese, a data do início, período ou duração desta. (Nota 2: Prov. CGJ 25/2005)”.

Resumindo-se, verifica-se que o *casamento civil tradicional* difere do *casamento por conversão de união estável* apenas pela substituição do ato solene da *celebração*, presidido pelo “*juiz de paz*”, pela *homologação*, realizada pelo *Juiz de Direito* responsável pela *Corregedoria Permanente* do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca.

No mérito, cumpridas todas as formalidades legais, a questão que se coloca para análise é a possibilidade ou não de *casamento civil* entre **pessoas do mesmo sexo**, o que se passa a apreciar.

O maior e mais repetido *princípio* da *Constituição da República Federativa do Brasil* é o da **igualdade**.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

A mesma constituição elegeu a “**dignidade da pessoa humana**” como um de seus “**fundamentos**” (art. 1º, inciso III), e declarou que o Brasil tem como “**objetivos fundamentais**” a construção de “**uma sociedade livre, justa e solidária**”, bem como “**promover o bem de todos, SEM PRECONCEITOS de origem, raça, SEXO, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**” (art. 3º, incisos I e IV).

Também determina a Constituição Federal que “**todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**” e que “**homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição**” (art. 5º, inciso I).

Mais à frente, no Título “Da Ordem Social”, a Lei Maior afirma que “**a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado**” (art. 226, caput).

Sobre o **casamento**, a Constituição Federal dispõe que o mesmo “**é civil e gratuita a celebração**” (art. 226, § 1º), acrescentando que “**o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei**” (art. 226, § 1º), e que o **casamento** “**pode ser dissolvido pelo divórcio**” (art. 226, § 6º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 66, de 13/07/2010).

A Constituição Federal também declara que “**para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável (...) como entidade familiar, DEVENDO A LEI FACILITAR SUA CONVERSÃO EM CASAMENTO**”, e que “**entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes**” (art. 226, §§ 3º e 4º).

Em harmonia com o **princípio da igualdade**, nossa Lei Maior enfatiza que “**os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher**” (art. 226, § 5º).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

Aqui cabe abrir parêntesis para alertar que tal dispositivo **não** necessariamente declara que **casamento** existe apenas entre **homem e mulher**, até porque “**sociedade conjugal**” não é “**casamento**”, sendo certo que a primeira sempre pôde ser dissolvida pela “**separação**” (*de fato, judicial e mais recentemente também extrajudicial*), e o segundo somente é dissolvido pelo “**divórcio**”.

Contudo, aparentemente rompendo todo esse contexto de ênfase no princípio da **igualdade**, a Constituição da República Federativa do Brasil, ao mencionar a **união estável** em seu art. 226, § 3º, assim se pronunciou: “**é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar**” (art. 226, §§ 3º).

Mais de duas décadas passadas desde 05/10/1988, quando foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, e já se ingressando na segunda década do Século XXI, é público e notório que milhares de pessoas do mesmo sexo (homens e homens; mulheres e mulheres), compartilham a vida juntos **como se casados fossem**.

A ausência de respaldo jurídico a tal **realidade social** causou inúmeros prejuízos e injustiças, desde o não reconhecimento do direito à sucessão, passando pela ausência da presunção legal de esforço comum no patrimônio constituído, até a ausência de direitos sociais, como a pensão previdenciária por morte.

Nesse contexto, tramitava perante o Supremo Tribunal Federal a **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº. 178** (conhecida como a **Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 4277**), ajuizada pela **Procuradoria-Geral da República**, objetivando a declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como **entidade familiar**. Pedia-se, também, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

Também estava em trâmite a **ADPF nº. 132**, onde o **Estado do Rio de Janeiro** alegava que o não reconhecimento da união homoafetiva contrariava preceitos fundamentais como igualdade, liberdade (da qual decorre a autonomia da vontade) e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos da Constituição Federal, e pediu que o STF aplicasse o **regime jurídico das uniões estáveis**, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, às **uniões homoafetivas** de funcionários públicos civis do Rio de Janeiro.

Foi nesse contexto que no dia **05 de maio de 2011**, o **Supremo Tribunal Federal**, no julgamento de tais ações, tendo como relator o Exmo. Ministro Ayres Britto, **reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo**, dando **interpretação conforme** a Constituição Federal, para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como **entidade familiar**.

Na ocasião, o Exmo. Ministro Ayres Britto foi seguido pelos Exmos. Ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso, bem como Exma. Ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie – decorrendo votação unânime dos presentes.

Tal julgamento, nos termos do **art. 102, § 2º, da Constituição Federal**, possui “**eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal**”.

No caso concreto, aplica-se a conhecida fórmula jurídica romana, segundo a qual “**onde há a mesma razão, aplica-se o mesmo direito**” (“*ubi eadem ratio, ibi eadem jus*”). Desta forma, os **fundamentos** de tal julgamento, ainda que sem o dito efeito vinculante, certamente são aplicáveis ao **instituto de direito civil** denominado **casamento**, inclusive ao mencionado art. 226, § 5º, da Constituição Federal – o que apenas não foi declarado no mencionado precedente histórico do STF, provavelmente porque não era objeto dos pedidos das ações em análise.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

Os prováveis entraves a tal entendimento podem advir de discriminação e/ou de convicções religiosas.

Mas o Estado Brasileiro, do qual o Judiciário é um dos Poderes, repudia constitucionalmente a discriminação e é **laico**, ou seja, **não** vinculado a qualquer religião ou organização religiosa.

É bom e necessário que assim seja, pois alguns dogmas ou orientações religiosas muitas vezes se chocam com princípios e garantias da Constituição da República Federativa do Brasil.

A discriminação (ou preconceito) contra homossexuais decorre normalmente de **equivoco sobre a origem “psíquica”** do homossexualismo, e de **dogmas ou orientações religiosas**.

O equivoco de origem “psíquica” é a crença que o homossexualismo e suas variantes (transexualismo etc.) ou a união homoafetiva constituem simples **opção sexual**.

Tal premissa parece equivocada, porque o fenômeno pelo qual um homem ou uma mulher se sente atraído(a) por pessoa do mesmo sexo, a ponto às vezes de repudiar contato íntimo com pessoa do sexo oposto, **não** se mostra como uma **opção**. Tudo indica tratar-se de uma **característica individual** de determinados **seres humanos**, tão independente da vontade quanto a cor do cabelo, da pele, o caráter, as aptidões etc.

De fato, se no mundo ainda vige forte preconceito contra tais pessoas, e se as mesmas têm de passar por sofrimentos internos, familiares e sociais para se reconhecerem para elas próprias e publicamente com **homossexuais** – às vezes pagando com a própria vida –, parece que, se pudessem **escolher**, optariam pela conduta socialmente mais aceita e tida como “normal”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacaré/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

O dogma ou orientação religiosa que de forma mais marcante se opõe ao casamento entre pessoas do mesmo sexo é a colocação da **relação sexual procriadora** como principal elemento ou requisito essencial do **casamento**.

Ocorre que o motivo maior de uma **união humana** é – ou deveria ser - o **Amor**, até porque este é pregado pela maioria das religiões, principalmente as cristãs, como o **valor e a virtude máxima e fundamental**.

Fosse de outra forma, muitas religiões não poderiam aprovar casamentos entre pessoas de sexos opostos que não podem ter filhos. E se assim agem, parecem afrontar a Lei Cristã do Amor, e prejudicam a formação da **entidade familiar** ou **família**, que é a **base da sociedade**.

Por outro enfoque, muitos se preocupam com o potencial envolvimento de crianças ou adolescentes na **entidade familiar** formada por pessoas do mesmo sexo. Mas, se esquecem que a falta de planejamento familiar, da qual decorre a geração de crianças sem condições mínimas de sustento e educação, bem como atos abomináveis, como, por exemplo, a remessa de recém nascidos em latas de lixo ou o assassinato dos próprios filhos, são diariamente protagonizados por “casais” de sexos opostos ditos “normais” e/ou por pessoas heterossexuais.

O Brasil, entre outras conhecidas mazelas, é palco da falência da segurança pública, das fronteiras sem controle, da disseminação descontrolada das drogas, da endêmica corrupção, e possui a maior carga tributária, a pior distribuição dos tributos arrecadados e o trânsito que mais mata do planeta Terra.

Assim, pode-se afirmar que no Brasil há situações de fato e de direito muito mais graves para se preocupar, que com a vida de dois seres humanos desejosos de paz e felicidade ao seu modo, sem infringir direitos de ninguém.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca de Jacareí/SP

2ª Vara da Família e das Sucessões

Corregedoria Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, CEP 12300-902

Fone nº. (12) 3953-5111 / FAX nº 3951-7093

Protocolo nº. 1209/2011 (Conversão de União Estável em Casamento).

Finalmente, cabe anotar que no último dia **17 de junho de 2011**, o **Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)** aprovou uma resolução histórica destinada a promover a igualdade dos seres humanos, sem distinção de orientação sexual. A resolução, que **teve aprovação do Brasil**, embora sem ações afirmativas, dispõe que *“todos os seres humanos nascem livres e iguais no que diz respeito a sua dignidade e cada um pode se beneficiar do conjunto de direitos e liberdades sem nenhuma distinção”*.

Por todo o exposto, **HOMOLOGO** a disposição de vontades declarada pelos requerentes do presente procedimento, para **CONVERTER em CASAMENTO**, pelo regime escolhido da comunhão parcial de bens, a união estável dos mesmos - os quais, por força deste casamento, passam a se chamar respectivamente **“LUIZ ANDRÉ REZENDE SOUSA MORESI”** e **“JOSÉ SÉRGIO SOUSA MORESI”**.

Tratando-se esta sentença de ato judicial que substitui a celebração, a mesma tem efeitos imediatos. Assim, lavre-se o registro de casamento e providencie-se o necessário às averbações nos registros dos nascimentos das partes.

No mais, nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos.

P.R.I. Ciência ao Ministério Público.

Jacareí/SP, 27 de junho de 2011.

Fernando Henrique Pinto

Juiz de Direito